

O MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, com sede à Av. Santos Dumont, 75 - Centro, nesta cidade, por seu Prefeito, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados que realizará LICITAÇÃO, com base nos processos administrativos nº 353/2023; 346/2023 e 352/2023, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, mediante Pregoeira e Equipe de Apoio designados pela portaria nº 1768/2021, tendo por local a sala de licitações junto a esta Prefeitura, regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Leis Complementares nº 123/06, 127/07, 147/14, subsidiariamente a Lei 8.666/93, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos.

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), NOS TERMOS DO ART. 3° E ART. 18 E DA LEI COMPLEMENTAR 126/06 E LEI COMPLEMENTAR 147/14 (comprovação nos termos do item 7.4.2 deste Edital).

## 1. OBJETO:

Contratação de empresa do ramo pertinente para conserto do caminhão Ford Cargo 816, placa IVW-0240, ano 2014, da SMT e dos Rolos Compactadores JCB 116D (01) e JCB 116D (02), ano 2022, da SMT, com fornecimento de peças e mão de obra, conf. anexo I do Edital.

# 2 LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

- **2.1.** LOCAL: Sala de Licitações, sito à Av. Santos Dumont, 75, junto à Prefeitura Municipal, diretamente com a Pregoeira Designada (Magali Machado dos Santos).
- **2.2.** DATA: Os Envelopes deverão ser entregues (*inclui-se os via postal*) para o(a) Pregoeiro(a) impreterivelmente até as **09h30min do dia 10 de fevereiro de 2023**, horário em que se encerra o credenciamento.
- 2.3. ABERTURA DOS ENVELOPES: 09h31min do dia 10 de fevereiro de 2023.

# 3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

- 3.1. MODALIDADE: Pregão Presencial.
- 3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: Aquisição pelo Menor Preço global por lote;
- 3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço, nas propostas classificadas pela Pregoeira
- **3.4.** PRAZO E LOCAL DE ENTREGA: O objeto/serviço deverá ser entregue/prestado, no prazo de 30 (trinta) dias após recebimento do empenho.
- **3.5.** RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão: 7 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

Unidade: 1 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

Projeto/Atividade: 2.119 - Manutenção da frota de veículos e Máquinas da SMT

179 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo

181- 3.3.90.30.00.00.00.00 – Outros serviços de terceiros-Pessoa Jurídica



- **3.6.** PAGAMENTO: O pagamento será efetuado mediante cheque, podendo ser efetuada mediante transferência bancária se o Banco for condizente à conta de recursos utilizada pelo município, conforme cronograma de pagamento e disponibilidade de caixa a data pretendida. Não há possibilidade de pagamento por transferência, caso haja despesas bancárias para tal. A empresa poderá na proposta, indicar mais de uma conta bancária para que possamos utilizar o mesmo banco quando do pagamento, havendo liquidez imediata. O pagamento será efetuado em **até 15 (quinze) dias após a entrega total do objeto e apresentação do documento fiscal,** mediante atestado de recebimento e conferência do fiscal de contrato.
- **3.6.1** Os valores pagos em atraso, somente serão corrigidos, caso derivar de culpa exclusiva do Município, neste caso, os valores serão corrigidos pelo INPC.

## 4. DOS ANEXOS

- a. Anexo I Termo de Referência Descrição/Especificação e Condições Gerais;
- b. Anexo II. Modelo de Procuração para Credenciamento;
- c. Anexo III. Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;
- d. Anexo IV. Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;
- e. Anexo V. Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;
- f. Anexo VI. Modelo de Declaração de Microempresa ou empresa de Pequeno Porte:
- g. Anexo VII. Minuta do Contrato.

# 5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

- **5.1.** O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado junto a Pregoeira (Magali Machado dos Santos), na Divisão de Compras, sito à Av. Santos Dumont, 75 Centro Três Passos/RS, em dias úteis, das 8h às 11h e das 13h30min às 17h, até a data aprazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.
- **5.2.** O Edital também está disponível para download no endereço www.trespassos.rs.gov.br no ícone licitações/2023.
- **5.3.** Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 horas, conforme lei.

# 6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- **6.1**. Poderão participar do presente certame todos os interessados do **ramo pertinente ao objeto** que preencham as condições exigidas neste Edital.
- **6.2**. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:
  - a) Pessoa física;
  - b) Empresa em regime de subcontratação, ou ainda, em consórcio;
  - c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;
  - d) Empresa que estiver sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação;



- e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial:
- f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública Municipal;
- g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

## 7. DO CREDENCIAMENTO

- **7.1.** Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2. Deste Edital, o representante da proponente entregará a PREGOEIRA documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de **identidade** ou outro documento equivalente com fotografía.
- **7.2.** O credenciamento far-se-á por meio de **documento público de procuração ou instrumento particular**, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se imediata e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRA, enfim, praticar os demais atos pertinentes ao certame.
  - **7.2.1.** Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada do ato constitutivo da proponente ou outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.
- 7.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, em vez de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas, impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.
- **7.4.** Ainda e exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues, e *fora dos envelopes*:
  - **7.4.1.** a <u>Declaração de que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação</u>, nos termos do artigo 4°, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.
  - **7.4.2.** a Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte firmada por contador ou técnico contábil com o carimbo do mesmo, ou certidão simplificada da junta comercial expedida no mesmo ano do certame com o enquadramento da empresa. No caso de licitante enquadrada com Micro Empreendedor Individual (MEI) essa



poderá se autodeclarar como tal, ainda, poderá ser considerado como comprovante o próprio cartão de constituição da empresa.

**7.4.3.** os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

**7.5.** A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 7.1, 7.2, 7.3 e 7.4, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A <u>falta do item 7.4.1 impossibilitará</u>, o <u>recebimento dos ENVELOPES</u> PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

# 8. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE PRECOS

## **8.1. DOS ENVELOPES:**

**8.1.1.** A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e respectivamente sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

AO MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS/RS
A/C PREGOEIRA (Magali F. M. dos Santos)
AV. SANTOS DUMONT, 75
PREGÃO PRESENCIAL Nº...(CONSTANTE NO CABEÇALHO DO EDITAL)
ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)
E-mail:
Telefone:

AO MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS/RS
A/C PREGOEIRA (Magali F. M. dos Santos)
AV. SANTOS DUMONT, 75
PREGÃO PRESENCIAL Nº...(CONSTANTE NO CABEÇALHO DO EDITAL)
ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)
ENDEREÇO DA EMPRESA

- **8.1.2.** O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no **Item 9** deste Edital.
- **8.1.3** O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no **Item 11** deste Edital.

#### 9. DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1 A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em <u>60 dias</u>, deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitada com clareza, em 1(uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da licitante, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

## 9.2. Na proposta de preços deverão constar:

**a)** Razão social da licitante, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, nº da conta-corrente vinculado ao CNPJ, agência e respectivo banco para depósito, e se existente fax para contato e endereço eletrônico (e-mail);



- b) os preços totais;
- 9.2.1 sob pena de desclassificação:
- a) O valor unitário de cada item que compõe o lote. Os preços unitários, cotados em moeda corrente nacional com apenas duas casas decimais (02, dois dígitos após a vírgula), incluindo qualquer custo referente à entrega, impostos e outros.
- 9.3. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.
- **9.4.** Na formulação da proposta, a licitante deverá computar todos os custos relacionados com o fornecimento e a entrega ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.
- 9.5 Deverão ser cotadas peças/genuínas/originais ou substitutas, entendendo-se como peças genuínas/originais: as que detêm a chancela do fabricante do veículo/máquina, no componente ou na peça ou na embalagem; Ou peças substitutas estas caracterizadas por sua intercambialidade, porém ela apresenta as mesmas especificações técnicas ou características de qualidade da peça genuína/original (por exemplo: material, resistência, tratamento de beneficiamento, desempenho e durabilidade. As peças devem atender as especificações técnicas do fabricante do veículo/máquina, conforme NBR 15296.

# 10. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO

- **10.1.** Concluída a fase de Aceitação de Propostas, a Pregoeira comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as licitantes aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das licitantes e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.
- **10.2.** Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.
- **10.3.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (EPP) terão tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, artigos 42 a 49;
- **10.4.** Não havendo, pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.
  - **10.4.1.** Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.
  - **10.4.2.** A **desistência de apresentar lance** implicará na automática exclusão da licitante da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.
  - **10.5**. Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração, **segundo o critério menor preço global por lote**, respeitando-se o valor orçado.



- **10.5.1**. Os lances ofertados pelos participantes deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.
- 10.5.2. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o <u>valor estipulado</u> para a contratação, podendo ou não estar indicado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.
- **10.6**. Nas situações previstas nos subitens **10.4.2**. e **10.5.2**, deste Edital, a Pregoeira poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço.
  - **10.6.1**. Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.
- **10.7.** Somente será (ão) aceito (s) LANCE(s) VERBAL(IS) que seja(m) inferior(es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.
- **10.8.** Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando a análise da aceitabilidade das melhores propostas.
  - **10.8.1.** A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor valor, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.
  - **10.8.2.** Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.
- **10.9.** Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexequíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.
  - **10.9.1.** Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, a Pregoeira procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.
- **10.10.** Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.
- **10.11.** Será declarado vencedor do item a proponente que ofertar o menor preço pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará **pelo menor valor global por lote,** pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pela Pregoeira quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;
- 10.12. Para efeito deste Edital e a critério da Pregoeira serão desclassificadas as propostas que:
  - a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;
  - **b)** sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúbia interpretação, que dificultem o seu julgamento;
  - c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis;



- d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.
- **10.13.** Havendo propostas ou lances, conforme o caso, de <u>microempresa ou empresa de pequeno porte</u>, com intervalo de até <u>5%</u> (cinco por cento) superiores à licitante melhor classificada no certame, serão essas consideradas **empatadas**, com direito de preferência pela ordem de classificação, nos termos do art. 44, da lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para, querendo, oferecer proposta de desempate.
  - **10.13.1.** O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte.
  - 10.13.2. Não sendo exercido o direito de preferência com apresentação de proposta/lance inferior pela microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme o caso, no prazo de 05 (cinco) minutos, após o encerramento de lances a contar da convocação da pregoeira, ocorrerá à preclusão e a contratação da proposta originalmente mais bem classificada, ou revogação do certame.

# 11. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS 11.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO

Serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo **ramo** de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope Nº 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

- a) Cópia autenticada do ato constitutivo da empresa (contrato social, registro comercial, decreto ou ata) para comprovar o ramo de atividade; Fica dispensada nova apresentação deste documento se o mesmo foi apresentado no ato de credenciamento.
- **b)** Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação, (modelo constante do **Anexo III**, deste Edital);
- c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- d) Prova de regularidade para com as **Fazendas**: <u>Federal</u> e quanto à Dívida Ativa da União (abrangendo a negativa de regularidade relativa à Seguridade social nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB 1.791/14), <u>Estadual</u> e <u>Municipal</u>, sendo esta última da sede do licitante, dentro do prazo de validade ou equivalente, na forma da lei:
- e) Prova de regularidade relativa ao FGTS;
- f) Declaração de Não Existência de Trabalhadores Menores, (constante do Anexo IV, deste Edital).
- g) CNDT Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- **h)** Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da LICITANTE com data de expedição inferior a seis meses.



- i) Comprovação de que a licitante possui mecânico/eletricista, que poderá ser feita através de um dos seguintes documentos: a) Contrato Social, no caso de sócio da empresa; b) CTPs; c) Contrato de prestação de serviços.
- 11.1.2 A apresentação do CRC expedido pelo Município de Três Passos, válido, supre a apresentação do documento da alínea "a" do item 11.1. Havendo alterações no ato constitutivo da empresa, posteriores a emissão do CRC, as mesmas deverão ser apresentadas, devidamente autenticadas.
- 11.1.3. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração, até a data aprazada para recebimento das propostas. Poderão ser autenticados documentos inclusive na sessão, pela Comissão de Licitações, desde que o representante porte consigo os originais.
- **11.1.4.** Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte da Pregoeira e Equipe de Apoio.
- **11.1.5.** A PREGOEIRA não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.
- 11.1.6. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

#### 12. DOS PROCEDIMENTOS

- 12.1. Se o licitante desatender às exigências de habilitação, a Pregoeira examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.
- **12.2.** Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e a Pregoeira rubricarão todas as folhas e demais documentos que integram o dossiê apresentado.
- **12.3.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pela Pregoeira ao vencedor.
- **12.4.** A Pregoeira poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

# 13. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES



- **13.1.** Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, a Pregoeira procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.
- 13.2. Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) *formal* (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fac-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). A Pregoeira poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.
- **13.3.** Aberto o invólucro documentação em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis à *microempresa ou empresa de pequeno porte*, para sua regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pela PREGOEIRA. A falta do documento inabilitará a proponente.
- **13.4.** A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 13.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das Sanções previstas neste edital, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4°, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- **13.5.** Caberá a Pregoeira <u>inabilitar</u>, sumariamente, a licitante que não atender às exigências previstas, <u>omitir qualquer dos documentos solicitados</u> ou apresentá-los fora do prazo de validade.
- 13.6. Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, a pregoeira fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

#### 14. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

- **14.1.** Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, a Pregoeira avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação com a adjudicação do objeto ao ofertante da melhor proposta, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.
- **14.2.** Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, a pregoeira fará a adjudicação do objeto ao vencedor, com imediata emissão da confirmação, que discriminará e documentará as condições específicas para a contratação.

# 15. DOS RECURSOS

- 15.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, quaisquer interessados poderão:
  - solicitar <u>esclarecimentos</u>: por e-mail (<u>prefeituracomprastp@hotmail.com</u>) ou por escrito mediante protocolo diretamente com a Pregoeira, <u>até 03 (três) dias úteis</u> <u>antes</u>;



- formular <u>IMPUGNAÇÃO</u> contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue a Pregoeira, pessoalmente ou encaminhada via Correios/Sedex, a Pregoeira, devendo esta ser entregue ao destinatário <u>até 03 dias úteis antes</u>;
- Obs.: a descrição do objeto e o preço de referência são de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão da pregoeira.
- **15.1.1.** Havendo deferimento do pedido objeto do recurso que resulte em **alterações substanciais** nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24h antes da realização do pregão no endereço <u>www.trespassos.rs.gov.br</u> no ícone licitações/2023. Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.
- **15.2.** Se o resultado da decisão não for aceito qualquer licitante na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de <u>recorrer</u> do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.
  - **15.2.1.** A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pela Pregoeira, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.
  - **15.2.2.** Presentes os pressupostos da admissibilidade, a Pregoeira dará novamente por *suspensa a sessão*, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às <u>razões</u> recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar impugnações ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.
  - 15.2.3. O recurso contra a decisão da Pregoeira não terá efeito suspensivo.
- **15.3.** Os recursos deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, e encaminhado à Secretaria de Administração, Divisão de Compras e Licitações, da Prefeitura Municipal de Três Passos sito à Avenida Santos Dumont, 75, Centro, nesta cidade, para que proceda a sua entrega a Pregoeira responsável pela licitação.
- **15.4.** Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.
- **15.5.** A inocorrência de imediata manifestação da licitante quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.
- **15.6.** Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail ou Fax-símile, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa licitante.
- **15.7.** O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

## 16. DA HOMOLOGAÇÃO



- **16.1.** Resolvido os recursos eventualmente formulados, ou na inexistência de recurso, a Pregoeira, fará a *adjudicação* dos itens objetos da licitação à licitante declarada vencedora, com posterior encaminhamento dos autos ao Prefeito de Três Passos, para *homologação* e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.
- **16.2.** A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pela pregoeira, ou, quando houver recurso pela própria autoridade competente, que decidirá quanto à contratação.
- **16.3.** Após a Homologação da Licitação pela Autoridade Competente, será convocado o interessado, para no prazo de 05 dias proceder na assinatura do Contrato administrativo, nos moldes da **minuta constante no Anexo VII**, deste Edital, nos termos do art. 64º da Lei 8666/93.

# 17. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 17.1. A Adjudicatária obriga-se, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital, a:
  - I entregar o serviço da presente licitação dentro do prazo constante da proposta, no local, nas especificações e quantidades determinadas no edital;
  - II não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Edital, sem prévia e expressa anuência da Administração;
  - III responder pelos vícios e defeitos dos objetos e assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações decorrentes da aquisição, podendo haver a subcontratação para instalação e teste dos equipamentos, desde que previamente autorizada pela Administração em pedido formal e sob responsabilidade da adjudicatária.
  - IV reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os objetos ofertados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido, operação e/ou manuseio inadequado, negligência dos usuários, casos fortuitos e de força maior;
  - V responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;
  - VI manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
  - VII arcar com todas as despesas como transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado, inclusive com o deslocamento da máquina até a oficina onde será feito o conserto.
  - VIII responsabilizar-se pela garantia das peças e serviços pelo período de seis meses a contar da entrega do objeto.



- 17.2. Na hipótese da ocorrência de atrasos nas entregas decorrentes de motivo de força maior (fatores imponderáveis), os fatos deverão ser submetidos, por escrito, ao Órgão licitador, com as justificativas correspondentes, para análise e decisão, desde que dentro do prazo estabelecido para a sua entrega.
- 17.3. A justificativa não é causa excludente de penalização, quando imotivada.
- **17.4.** A recusa da adjudicatária em entregar o (s) material (is) ou produto (s) no prazo fixado na convocação caracterizará inadimplência das obrigações contratuais, sujeitando-a as penalidades previstas neste Edital e na legislação vigente.
- **17.5.** Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, o processo licitatório retornará a Pregoeira para convocação das licitantes remanescentes na apresentação da documentação de habilitação para exame, respeitada a ordem de classificação das propostas, e assim sucessivamente, até apuração de uma que atenda aos requisitos do Edital.

## 18. <u>DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS</u>

- **18.1.** Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações as seguintes sanções:
  - a) Advertência por escrito, quando a CONTRATADA praticar pequenas irregularidades; sendo que a penalidade de advertência poderá ser cumulada com a penalidade de multa.
  - **b)** 20% (vinte por cento) do valor total da contratação caso haja atraso superior a cinco dias na execução do contrato, configurando-se a inexecução parcial do contrato. Em caso de atraso superior a dez dias, configurar-se-á inexecução total.
  - c) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação no caso da empresa não entregar todos os itens no prazo estipulado no edital, após cinco dias de atraso na execução do contrato.
  - d) Nos casos em que a empresa entregar os itens faltantes em prazo superior ao estipulado no edital, após a tolerância de cinco dias, também incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.
  - e) as multas a que se referem os itens acima incidem sobre o valor total da contratação e poderão ser descontadas de Faturas ou créditos existentes ou recolhida em até 5 (cinco) dias úteis na Tesouraria da Prefeitura Municipal, contados da ciência da empresa por carta registrada ou recebimento do *e-mail*, sob pena de inscrição em dívida ativa, depois de esgotados os recursos administrativos, respeitada a ampla defesa, caso o débito não seja quitado no prazo de sessenta dias;
  - f) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, caso haja inexecução parcial do contrato e pelo prazo de 5 (cinco) anos, se houver inexecução total;
  - g) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
  - h) Pela inadequabilidade do(s) objeto(s) ou produto(s) entregue o fornecedor dos objetos sujeitar-se-á a multa de 10% (dez por cento) do valor dos objetos entregues inadequadamente.



- i) Pela inexecução total do contrato ou por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado, comutável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual se for o caso.
- j) Pela recusa do adjudicatário em retirar e/ou assinar o instrumento contratual, este ficará sujeito ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) do valor total dos itens adjudicados, a título de indenização, com exceção dos casos fortuitos ou de força maior.
- l) As penalidades previstas no item anterior não se aplicarão às LICITANTES remanescentes convocadas em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das empresas.
- **18.2** As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo de forma injustificada.
- 18.3 Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da LICITANTE ou CONTRATADA, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93, observados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade, por decisão motivada e fundamentada em processo administrativo.
- **18.4** As penalidades serão registradas no cadastro da CONTRATADA, quando for o caso.
- 18.5 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- **18.6** Para fins do cálculo do valor da multa, os valores serão atualizados, de acordo com o INPC/IBGE, ou índice oficial, que venha a substituí-lo.
- **18.7** Esgotados todos os recursos, depois de notificado a LICITANTE ou CONTRATADA para o pagamento da multa, fica este ciente que incidirão sobre o débito juros legais e correção monetária pelo INPC/IBGE até a quitação definitiva, sendo que após o prazo de sessenta dias, o valor devido será inscrito como dívida ativa municipal.

# 19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- **19.1.** A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a licitante, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.
- 19.2. O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.
- 19.3. A Secretaria de Finanças apenas receberá processos para análise de reequilíbrios financeiros mediante apresentação de planilha de composição de custos e preços a ser juntada na proposta e anexa ao processo licitatório, devidamente assinada por profissional habilitado para tal, com registro no Conselho respectivo. Ainda, poderá embasar parecer



com base no preço de mercado e considerando reduções com base no preço fixado no certame, analisando inclusive riscos aceites pela empresa quando da proposta.

- **19.4.** O Órgão licitador reserva-se o direito de acrescer ou diminuir o objeto do contrato, conforme prescreve o art. 65 da Lei 8666/93.
- **19.5** O prazo de vigência contratual será até 31.12.2023, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do art. 57 da lei 8.666/93.
- **19.6** Quando se tratar de contratação de Serviços de Micro Empreendedor Individual (MEI), existe a obrigatoriedade de recolhimento da contribuição a que se refere o inciso III do caput e o § 1º do art. 22 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991", e o cumprimento das disposições acessórias relativas à contratação de contribuinte individual (vide lei Complementar nº 147 de 2014). Aplica-se o disposto neste artigo exclusivamente em relação ao MEI que for contratado para prestar serviços de hidráulica, eletricidade, pintura, alvenaria, carpintaria e de manutenção de veículos. Lei 8.212, de 24 de Julho de 1991.
- 19.06.1. A contribuição a cargo da empresa, destinada a Seguridade Social, além do disposto no art. 23, é de 20% (vinte por cento) sobre o total das remunerações pagas ou creditadas a qualquer título no decorrer do mês, aos segurados contribuintes individuais que lhe prestem serviços, deste modo, no caso de participante na condição de MEI, sua proposta será acrescida de 20% e o valor acrescido deste percentual será analisado pela comissão para determinação do vencedor.
- **19.7** Quando do faturamento dos bens e serviços prestados, deverá ser observado o disposto na IN RFB nº 1234/12, a fim de viabilizar o cumprimento do Decreto Municipal nº 39/2022, disponível em <a href="www.trespassos.rs.gov.br">www.trespassos.rs.gov.br</a>, ícone legislação.
- **19.8.** As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro da comarca de Três Passos Estado do Rio Grande do Sul, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

	Três Passos/RS, 24 de janeiro de 2023.
De Acordo	Arlei Luis Tomazoni
Procurador Jurídico Municipal	Prefeito



# ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA - LOTE 01

Protocolo FL. Rubr.

# TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA

#### 1 - OBJETIVO

Contratação de Empresa para aquisição de peças e mão de obra, para conserto do caminhão Ford/Cargo 816, placa IVW-0240 ano 2014.

#### 2 - JUSTIFICATIVA

O Município de Três Passos não dispõe das peças e mão de obra qualificada para executar o serviço descrito no objeto, devendo portanto ser terceirizada a contratação, com base no disposto da Lei 8.666/93, Preferencialmente na modalidade pregão presencial.

As peças deverão ser de boa qualidade para o bom funcionamento do caminhão e assim não afetar os demais componentes (peças) do mesmo.

## 3 – SERVIÇOS

- 3.1 A empresa a ser contratada deverá disponibilizar as peças para reposição, espaço em oficina própria, ferramentas adequadas, mão de obra de mecânico (eletricista) com experiência sendo este de responsabilidade da contratada.
- 3.2 O serviço deverá ser executado com desmontagem e montagem das peças, recolocar as mesmas e posterior teste de funcionamento com acompanhamento de um fiscal.

ltem	Descrição do Objeto	Quantidade Estimada	Valor Unitário Estimado	Valor total Estimado
01	FILTRO SECADOR RC.150.374	01UN	R\$ 281,35	R\$ 281,35
02	CARGA DE GÁS R134A	01UN	R\$ 346,65	R\$ 346,65
03	ANEL ORING DE VEDAÇÃO	02UN	R\$ 18,65	R\$ 37,30
04	ÓLEO REFRIGERANTE	01UN	R\$ 78,35	R\$ 78,35
05	MÃO DE OBRA SOLDA ALUMINIO/CANO ALUMINIO			R\$ 96,65
06	MÃO DE OBRA CONSERTO AR CONDICIONADO			R\$150,00
	TOTAL			R\$ 990,30

- 3.3 A empresa deverá disponibilizar e-mail para envio das informações a serem publicadas, bem como, junto da proposta, informar dia da semana e horário limite para envio dos informativos.
- 3.4 Os serviços descritos acima serão fiscalizados pelo Secretário Municipal de Transportes e o supervisor da oficina.





## 4 – EXIGÊNCIAS MÍNIMAS

- 4.1 A oficina deverá possuir mecânico (eletricista) responsável próprio ou devidamente registrado comprovado com Carteira de Trabalho.
- 4.2 O deslocamento do caminhão para a execução do serviço e concerto, até a oficina será por conta da contratada.
- 4.3 Possuir no mínimo espaço para o concerto do caminhão, ou deslocar o profissional até o Parque de Máquinas situado na avenida Ijuí, 1800 para efetuar o serviço.
- 4.4 Possuir as ferramentas adequadas para realização do serviço.

# 5 – PERÍODO PARA EXECUÇÃO CONTRATUAL

A empresa deverá prestar os serviços descritos no item 03, no período de 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e aplicação de penalidades.

#### 6 - VIGÊNCIA CONTRATUAL

O Contrato a ser firmado entre o Município de Três Passos e a empresa vencedora do certame, terá o prazo de vigência de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por até 15 (quinze) dias.

#### 7 - VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

O valor a ser pago para a empresa vencedora do certame será de no máximo R\$ 990,30(novecentos e noventa reais e trinta centavos), com base nos orçamentos em anexo, que será pago, logo após a execução do serviço, mediante apresentação de nota fiscal, que deverá ser emitida em nome do Município de Três Passos, com descrição dos itens, bem como dados do processo licitatório e Contrato.

## 8 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Serão utilizados recursos próprios da Secretária Municipal de Transportes, conforme dotação orcamentária abaixo:

\*Secretaria Municipal de Transportes

\*2.119-(179 e 181 orçamento 2023) Manutenção da Frota de | Veiculos e Máquinas da SMT.

Três Passos, 20 de janeiro de 2023.

Claudemir Elísio Senker Secretário Municipal de Transportes



# TERMO DE REFERÊNCIA - LOTE 02



# TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA

#### 1 - OBJETIVO

Contratação de Empresa para p/aquisição de peças e mão de obra, para conserto do rolo compactador JCB 116D (01) ano 2022.

#### 2 - JUSTIFICATIVA

O Município de Três Passos não dispõe das peças e mão de obra qualificada para executar o serviço descrito no objeto, devendo portanto ser terceirizada a contratação, com base no disposto da Lei 8.666/93, Preferencialmente na modalidade pregão presencial.

As peças deverão ser de boa qualidade para o bom funcionamento da máquina e assim não afetar os demais componentes da mesma.

#### 3 - SERVIÇOS

3.1 A empresa a ser contratada deverá disponibilizar as peças para reposição, espaço em oficina própria, ferramentas adequadas, mão de obra de mecânico (eletricista) com experiência sendo estes de responsabilidade da contratada.

Item	Descrição do Objeto	Quantidade Estimada	Valor Unitário Estimado	Valor total Estimado
01	FAROL AUXILIAR LED F002	02UN	R\$ 166,65	R\$ 333,30
02	LANTERNA FRONTAL 1171AM	02UN	R\$ 54,00	R\$ 108,00
03	LÂMPADA 1141	02UN	R\$ 7,35	R\$ 14,70
04	MÃO DE OBRA SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE FAROLETES E LANTERNAS		R\$ 73,35	R\$ 73,35
	TOTAL			R\$ 529,35

<sup>3.2</sup> O serviço deverá ser executado com desmontagem e montagem das peças, recolocar as mesmas e posterior teste de funcionamento com acompanhamento de um fiscal.

- 3.3 A empresa deverá disponibilizar e-mail para envio das informações a serem publicadas, bem como, junto da proposta, informar dia da semana e horário limite para envio dos informativos.
- 3.4 Os serviços descritos acima serão fiscalizados pelo Secretário Municipal de Transportes e o supervisor da oficina.

#### 4 – EXIGÊNCIAS MÍNIMAS

- 4.1 A oficina deverá possuir mecânico (eletricista) responsável próprio ou devidamente registrado comprovado com Carteira de Trabalho.
- 4.2 O deslocamento da máquina até a oficina será por conta da contratada.



4.3 Possuir no mínimo espaço para o concerto da máquina, ou deslocar o profissional até o Parque de Máquinas situado na avenida ljuí, 1800 para efetuar o serviço.

4.4 Possuir as ferramentas adequadas para realização do serviço.

## 5 – PERÍODO PARA EXECUÇÃO CONTRATUAL

A empresa deverá prestar os serviços descritos no item 03, no período de 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e aplicação de penalidades.

#### 6 - VIGÊNCIA CONTRATUAL

O Contrato a ser firmado entre o Município de Três Passos e a empresa vencedora do certame, terá o prazo de vigência de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por até 15 (quinze) dias.

#### 7 - VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

O valor a ser pago para empresa vencedora do certame será de no máximo R\$ 529,35 (quinhentos e vinte e nove reais e trinta e cinco centavos), com base nos orçamentos em anexo, que será pago, logo após a execução do serviço, mediante apresentação de nota fiscal, que deverá ser emitida em nome do Município de Três Passos, com descrição dos itens, bem como dados do processo licitatório e Contrato.

## 8 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Serão utilizados recursos próprios da Secretária Municipal de Transportes, conforme dotação orçamentária abaixo:

\*Secretaria Municipal de Transportes

\*2.119-(179 e 181 orçamento 2023) Manutenção da Frota de Veiculos e máquinas da SMT.

Claudemir Elísio Senker Secretário Municipal de Transportes

Três Passos, 20 de janeiro de 2023.



# PLANILHA DO OBJETO

LOT	LOTE 1 – Conserto Caminhão Ford Cargo 816,Placa IVW-0240 R\$ 990,30			
Item	Quantidade	Descritivo	Valor unit (máx	Valor total
			a ser pago)	
1	01	Filtro Secador RC.150.374	281,35	281,35
2	01	Carga de gás R144A	346,65	346,65
3	02	Anel Oring de vedação	18,65	37,30
4	01	Óleo Refrigerante	78,35	78,35
5	01	Mão de Obra solda alumínio/cano alumínio	96,65	96,65
6	01	Mão de Obra conserto Ar Condicionado	150,00	150,00
		TOTAL 990,30		
LOT	LOTE 02 - Conserto Rolo compactador JCB 116D (01); JCB 116D (02) R\$ 1.058,70			R\$ 1.058,70
Item	Quantidade	Descritivo	Valor unit (máx a	Valor total
			ser pago)	
7	4	Farol Auxiliar LED F002	166,65	666,60
8	4	Lanterna Frontal 1171 AM	54,00	216,00
9	4	Lâmpada 1141	7,35	29,40
10	2	Mão de Obra serviço de instalação de	73,35	146,70
		faroletes e lanternas		
		TOTAL		1.058,70



# ANEXO II MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

À:
Prefeitura Municipal de Três Passos/RS
A/C. Pregoeira Oficial
Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço
completo da proponente), inscrita no CNPJ/MF sob nº e Inscrição Estadual sob
nº, representada neste ato por seu(s) sócios (qualificação(ões) do(s) outorgante(s)
Sr(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG nº, e CPF
nº, nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o (a) Sr(a),
portador (a) da Cédula de Identidade RG nº e CPF nº, a quem
confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa)
perante (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente
PREGÃO PRESENCIAL nº 0/20 PMTP, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as
fases do PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE
OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances
ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de

A presente Procuração é válida até o dia ..... Cidade, Estado, em de de 20

lance (s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRA, enfim, praticar os demais atos pertinentes ao certame, em nome do

Assinatura do Representante legal da Empresa Nome do representante por Extenso

# CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Outorgante.

Obs: deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, conforme edital.



À:	ELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA	
Prefeitura Municipal de Três Passo	os .	
A/C. Pregoeira Oficial		
Edital de Pregão Presencial nº	/20	
Prezados Senhores,		
	, portador do RG , abaixo-a da proponente, , abaixo-a	ssinado, na
qualidade de responsável legal	da proponente,	_, CNPJ
, DECLARA ex	pressamente que <b>se sujeita às condições estabelecida</b> tará integralmente qualquer decisão que venha a ser to	s no Edital
	das proponentes que tenham atendido às condições es	
	al capacidade de executar o fornecimento do ber	
	de direito, a inexistência de fatos supervenientes imp	
	neidade da proponente nos termos do Artigo 32, pará	
artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho	o de 1993, e alterações subsequentes.	
	Cidade, Estado, em de	de 20
Assinatura do Representante legal		
Nome do representante por Extense		
CARIMBO DO CNPJ DA EMPI	RESA	
	ANEXO IV	
MODELO DE DECLARAÇÃO DE	ANEXO IV <u>E NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MEN</u>	<u>'ORES</u>
Ţ		ORES
À:	E NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MEN	ORES
À: Prefeitura Municipal de Três Passo	E NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MEN	<u>'ORES</u>
À: Prefeitura Municipal de Três Passo A/C. Pregoeira Oficial	<u>E NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MEN</u> OS	ORES
À: Prefeitura Municipal de Três Passo A/C. Pregoeira Oficial Edital de Pregão Presencial nº	<i>E NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MEN</i> os / <b>20_</b>	
À: Prefeitura Municipal de Três Passo A/C. Pregoeira Oficial Edital de Pregão Presencial nº Declaramos para os devidos fins e	e specialmente para o Edital de Pregão Presencial nº	./ <b>20</b> _ que a
À: Prefeitura Municipal de Três Passo A/C. Pregoeira Oficial Edital de Pregão Presencial nº Declaramos para os devidos fins e Proponente	e specialmente para o Edital de Pregão Presencial nº	/ <b>20</b> _ que a /MF sob
À: Prefeitura Municipal de Três Passo A/C. Pregoeira Oficial Edital de Pregão Presencial nº Declaramos para os devidos fins e Proponente	especialmente para o Edital de Pregão Presencial nº (razão social), inscrito no CNPJ	∕ <b>20</b> _ que a ∕MF sob
À: Prefeitura Municipal de Três Passo A/C. Pregoeira Oficial Edital de Pregão Presencial nº Declaramos para os devidos fins e Proponente	e specialmente para o Edital de Pregão Presencial nº  (razão social), inscrito no CNPJ  n sede na cidade de	./ <b>20</b> _ que a /MF sob ( <i>endereço</i>
À: Prefeitura Municipal de Três Passo A/C. Pregoeira Oficial Edital de Pregão Presencial nº Declaramos para os devidos fins e Proponente	e specialmente para o Edital de Pregão Presencial nº  (razão social), inscrito no CNPJ  n sede na cidade de	/ <b>20</b> _ que a /MF sob  ( <i>endereço</i> em horário
À: Prefeitura Municipal de Três Passo A/C. Pregoeira Oficial Edital de Pregão Presencial nº Declaramos para os devidos fins e Proponente	e specialmente para o Edital de Pregão Presencial nº  respecialmente p	/20_ que a /MF sob(endereço em horário er trabalho,
À: Prefeitura Municipal de Três Passo A/C. Pregoeira Oficial Edital de Pregão Presencial nº Declaramos para os devidos fins e Proponente	e specialmente para o Edital de Pregão Presencial nº  (razão social), inscrito no CNPJ  n sede na cidade de	/20_ que a /MF sob(endereço em horário er trabalho,
À: Prefeitura Municipal de Três Passo A/C. Pregoeira Oficial Edital de Pregão Presencial nº Declaramos para os devidos fins e Proponente	e specialmente para o Edital de Pregão Presencial nº  respecialmente p	/20_ que a /MF sob
À: Prefeitura Municipal de Três Passo A/C. Pregoeira Oficial Edital de Pregão Presencial nº Declaramos para os devidos fins e Proponente, com Estado, na Rua/ completo), não mantém em seu quadro o noturno de trabalho, ou em serviços per trabalhadores menores de 16 (dezesseis) anos.	e specialmente para o Edital de Pregão Presencial nº  (razão social), inscrito no CNPJ  n sede na cidade de  de pessoal, trabalhadores menores de 18(dezoito) anos rigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualque ) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14  Cidade, Estado, em de	/20_ que a /MF sob
À: Prefeitura Municipal de Três Passo A/C. Pregoeira Oficial Edital de Pregão Presencial nº Declaramos para os devidos fins e Proponente, com Estado, na Rua/ completo), não mantém em seu quadro o noturno de trabalho, ou em serviços per trabalhadores menores de16 (dezesseis) anos.  Assinatura do Representante legal of	e specialmente para o Edital de Pregão Presencial nº  (razão social), inscrito no CNPJ  n sede na cidade de	/20_ que a /MF sob
À: Prefeitura Municipal de Três Passo A/C. Pregoeira Oficial Edital de Pregão Presencial nº Declaramos para os devidos fins e Proponente, com Estado, na Rua/ completo), não mantém em seu quadro o noturno de trabalho, ou em serviços per trabalhadores menores de 16 (dezesseis) anos.	e sepecialmente para o Edital de Pregão Presencial nº  respecialmente para o Edital de Pregão Presencial nº  (razão social), inscrito no CNPJ no sede na cidade de	/20_ que a /MF sob



CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

# ANEXO V <u>MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE</u> HABILITAÇÃO

	HABILITAÇÃO
	À: Prefeitura Municipal de Três Passos A/C. Pregoeira Oficial
mpr 1abil	Edital de Pregão Presencial nº/20 Pela presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da lei nº 10.520/2002, esa
	Assinatura do Representante legal da Empresa Nome do representante por Extenso CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA
	ANEXO VI  MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE  À:  Prefeitura Municipal de Três Passos  A/C. Pregoeira Oficial  Edital de Pregão Presencial nº/20
i i° enqua conhe no pr	Declaro, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, qu empresa
	Cidade, Estado, em de de 20
	Assinatura do contador/técnico contábil legal da Empresa Nome por Extenso



#### ANEXO VII

#### **MINUTA DO CONTRATO**

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para conserto do caminhão Ford Cargo 816, placa IVW-0240, ano 2014, da SMT e dos Rolos Compactadores JCB 116D (01) e JCB 116D (02), ano 2022, da SMT, com fornecimento de peças e mão de obra, conf. anexo I do Edital. PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº /2023- PREGÃO PRESENCIAL Nº /2023.

<b>CONTRATANTE:</b> MUNICIPIO DE TRES PASSOS, pessoa jurídica de direito públic		
na Av. Santos Dumont, nº 75, inscrito no CNPJ sob nº 87.613.188/0001-21, neste ato representado por se Prefeito, Sr, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº, portador da Identidade nº residente e domiciliado neste Município de Três Passos, RS.		
CONTRATADA: , Empresa inscr	rita no CNPJ nº	
, inscrição Estadual sob nº, locali	izada na Rua/Av. Estado , neste ato	
representado pelo seu/sua, Sr(a).  portador (a) do CNPF nº, RG nº, brasile	,	
portador (a) do CNPF nº, RG nº, brasile	eiro (a), residente e	
domiciliado (a) na, no Município de	, Estado	
CLÁUSULA PRIMEIRA: Do vínculo com licitação e objeto:  O presente contrato vincula-se ao Edital de Pregão Presencial no Licitatório no/2022, autorização de fornecimento no  CLÁUSULA SEGUNDA: Da descrição dos itens objetos do presente contrato  A Contratada obriga-se ao fornecimento do objeto que lhe foi adjudicado processo licitatório, modalidade Pregão presencial, conforme segue:  ITEM: descrição;  CLÁUSULA TERCEIRA: Do valor  O valor total ajustado para o presente contrato é de R\$ (reais).  Pregão presencial, após ofertas de lances.  CLÁUSULA QUARTA: Da entrega  O serviço deverá ser prestado no prazo de 30 (trinta) dias após recebi podendo ser prorrogado por igual período.  CLÁUSULA QUINTA: Do pagamento	do e homologado no , com base na Ata do	
O <u>pagamento</u> será efetuado em até 15 (quinze) dias após a entre mediante apresentação do documento fiscal correspondente ao objeto contratado e conferecebimento do objeto pelo fiscal do contrato.		
CLÁUSULA SEXTA: Da vigência e fiscalização do contrato  O presente contrato terá vigência até 31.12.23. A fiscalização da execefetuada pelo Secretário Municipal de Transportes, Sr. Claudemir Senker e pelo Diretor		

## CLÁUSULA SÉTIMA: Recursos orçamentários

Carlos Bach, conforme portaria nº......

As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes dotações orçamentárias:



Órgão: 7 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

Unidade: 1 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

Projeto/Atividade: 2.119 - Manutenção da frota de veículos e Máquinas da SMT

179 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo

181- 3.3.90.30.00.00.00.00 - Outros serviços de terceiros-Pessoa Jurídica

#### CLÁUSULA OITAVA: Normas legais incidentes sobre o contrato

Lei nº 8.666/93 e alterações, aceitas incondicionalmente pelos contratantes como eficaz para os termos deste contrato, a que se sujeitam, bem como para solucionar eventuais dúvidas em relação ao mesmo.

## CLÁUSULA NONA: Responsabilidades do contratado

A empresa CONTRATADA se compromete a executar o contrato de acordo com as disposições do Edital e em conformidade com as cláusulas constantes neste instrumento, bem como a manter, durante toda sua vigência, em compatibilidade com as obrigações aqui assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Prestar a garantia pelo prazo proposto, ou seja, seis meses a contar da entrega.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: Das sanções administrativas:

- **§** 1º Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações as seguintes sanções:
- a) Advertência por escrito, quando a CONTRATADA praticar pequenas irregularidades; sendo que a penalidade de advertência poderá ser cumulada com a penalidade de multa.
- b) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação caso haja atraso superior a cinco dias na execução do contrato, configurando-se a inexecução parcial do contrato. Em caso de atraso superior a dez dias, configurar-se-á inexecução total.
- c) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação no caso da empresa não entregar todos os itens no prazo estipulado no edital, após cinco dias de atraso na execução do contrato.
- d) Nos casos em que a empresa entregar os itens faltantes em prazo superior ao estipulado no edital, após a tolerância de cinco dias, também incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.
- e) as multas a que se referem os itens acima incidem sobre o valor total da contratação e poderão ser descontada de Faturas ou créditos existentes ou recolhida em até 5 (cinco) dias úteis na Tesouraria da Prefeitura Municipal, contados da ciência da empresa por carta registrada ou recebimento do *e-mail*, sob pena de inscrição em dívida ativa, depois de esgotados os recursos administrativos, respeitada a ampla defesa, caso o débito não seja quitado no prazo de sessenta dias;
- f) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, caso haja inexecução parcial do contrato e pelo prazo de 5 (cinco) anos, se houver inexecução total;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- h) Pela inadequabilidade do(s) objeto(s) ou produto(s) entregue o fornecedor dos objetos sujeitar-se-á a multa de 10% (dez por cento) do valor dos objetos entregues inadequadamente.
- i) Pela inexecução total do contrato ou por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado, comutável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual se for o caso.
- §2º As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo de forma injustificada.
- §3º Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da LICITANTE ou CONTRATADA, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93, observados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade, por decisão motivada e fundamentada em processo administrativo.



- §4º As penalidades serão registradas no cadastro da CONTRATADA, quando for o caso.
- §5º Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- §6º Para fins do cálculo do valor da multa, os valores serão atualizados, de acordo com o INPC/IBGE, ou índice oficial, que venha a substituí-lo.
- §7º Esgotados todos os recursos, depois de notificado o CONTRATADO para o pagamento da multa, fica esta ciente que incidirão sobre o débito juros legais e correção monetária pelo INPC/IBGE até a quitação definitiva, sendo que após o prazo de sessenta dias, o valor devido será inscrito como dívida ativa municipal.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – PRIMEIRA: Rescisão contratual

O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses e na conformidade dos arts. 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93 e em conformidade com o Edital.

## CLÁUSULA DÉCIMA - SEGUNDA: Foro

As partes elegem o Foro de Três Passos/RS, para dirimir quaisquer dúvidas emergentes do presente, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em três vias de igual forma e teor, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos da Lei.

	Três Passos, de de 2023.
Contratante:	Contratado:
Município de Três Passos Prefeito	
Jurídico:	